

Ata da 2ª Reunião de Análise da Estratégia 2019

Administração do Tribunal e Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Data: 7/11/2019	Hora início: 14h	Hora final: 15h	Local: Auditório do 3º andar
Presentes:	Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes (Desembargadora Presidente do Tribunal)		
	Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla (Desembargadora Vice-Presidente Administrativa)		
	Alvaro dos Santos (Juiz Auxiliar da Presidência)		
	Renato Henry Sant'Anna (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa)		
	Daniela Macia Ferraz Giannini (Juíza Auxiliar da Vice-Presidência Judicial)		
	Flávio Landi (Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional)		
	Adriana Martorano Amaral Corchetti (Secretária-Geral da Presidência)		
	Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser (Diretor-Geral)		
	Paulo Eduardo de Almeida (Secretário-Geral Judiciário)		
	Simone Möller Arruda (Secretária-Geral da Presidência Substituta)		
	Herbert Wittmann (Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações)		
	Gustavo Fachim (Secretário de Gestão de Pessoas)		
	Antônio Carlos Betanho (Coordenador de Estatística e Pesquisa)		
	Iara Cristina Gomes (Assessora de Gestão Estratégica)		
	Fábio Gomes Amorim de Souza (Responsável pelo Escritório de Processos)		
	Vera Lúcia de Oliveira Ramires (Secretária da Administração substituta)		
	Maurício Rodrigues de Moraes (Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas)		
	Márcio Henrique Zuchini (Coordenador de Atendimento ao Usuário)		
	Bruno Tobias Stella (Coordenador de Infraestrutura de TIC)		
Ausentes	Tereza Aparecida Asta Gemignani (Desembargadora Vice-Presidente Judicial)		
	Manuel Soares Ferreira Carradita (Desembargador Corregedor Regional)		
	Maria Madalena de Oliveira (Desembargadora Vice-Corregedora)		
	Maria Inês Correa de Cerqueira Cesar Targa (Desembargadora Diretora da Escola Judicial)		
	Luciane Storel da Silva (Desembargadora Gestora de Metas do Plano Estratégico)		
	Cristiane Montenegro Rondelli (Juíza Auxiliar da Presidência)		
	Lúcia Zimmermann (Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional)		

	César Reinaldo Offa Basile (Presidente da Amatra XV)
	Caio Rodrigues Martins Passos (Juiz do Trabalho membro do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica)
	Ana Silvia Damasceno Cardoso Buson (Secretária da Administração)
	José Aristéia Pereira (Presidente do Sindiquinze)
	Lara de Paula Jorge (Assessora da Escola Judicial)

Intervenções:

Sra. Iara	Agradeceu a presença de todos, em especial da Senhora Desembargadora Presidente, Dra. Gisela R. M. de Araújo e Moraes e deu início a reunião, mencionando que foram disponibilizados os resultados parciais das metas institucionais e nacionais pelo e-mail, em relatório previamente enviado, e que eles se referem ao 2º quadrimestre do ano de 2019, ou seja, de janeiro a agosto.
Sra. Iara	<p>Ressaltou que a apresentação demonstrará os resultados alcançados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região como um todo e que serão discutidas aquelas metas que merecem maior destaque.</p> <p>Indicou previamente que no no tocante aos indicadores dos objetivos institucionais, os resultados parciais se encontram dentro do esperado para o ano de 2019, sendo que a Corte já atingiu a meta anual estipulada para todos eles, o que se mostra muito positivo.</p> <p>Noticiou que entre os objetivos nacionais, tanto do Poder Judiciário (CNJ) quanto da Justiça do Trabalho (CSJT), o desempenho parcial de janeiro a agosto do TRT15 igualmente é satisfatório na maioria das metas traçadas.</p> <p>Apontou inicialmente que relativamente à meta 2 do CSJT, que se refere ao Índice de Execução do Orçamento, até o mês de setembro o TRT15 disponibilizou 61% de seu orçamento, cujo percentual acumulado, portanto, está dentro do previsto para essa meta, apresentando expressiva melhora se comparado com o quadrimestre anterior.</p>
Sr. Adlei	<p>Apontou que geralmente o TRT15 alcança este índice nos últimos meses de cada ano, considerando o objeto dos serviços contratados e recebidos, além dos processos de licitações e compras.</p> <p>Aduziu que neste ano a disponibilização do orçamento foi consideravelmente melhor que no ano de 2018, destacando que o percentual acumulado de 2019 foi melhor distribuído entre os meses, considerando o mesmo período em 2018.</p> <p>Ressaltou que para 2020 já foi realizado estudo para que seja ainda mais otimizada a disponibilização do orçamento ao longo do ano, contando principalmente com a área de tecnologia da informação, vez que esta é a que compreende os maiores contratos.</p>
Sra. Iara	<p>Em continuidade, apresentou que as metas 4 e 5 do CSJT dizem respeito à diminuição do tempo médio de duração do processo trabalhista em 1º e 2º graus, e a redução em dias é de difícil alcance por todos os Regionais do país, não sendo um desafio isolado da 15ª Região.</p> <p>De toda sorte, salientou que o 1º grau está com saldo de 355 dias (tempo médio de</p>

número apresentado foi de 394 dias. O 2º grau teve uma pequena piora nessa meta, pois, os números apresentados (204 dias) estão um pouco acima do quadrimestre anterior (200 dias).

Com relação às **metas 6 e 7** do CSJT, elas encontram-se com expressiva melhora em relação ao início do ano, ambas com resultados positivos e cujo percentual de alcance encontra-se acima do esperado.

No que pertine à **meta 8**, apontou que ela indica o percentual de ações coletivas que devem ser julgadas pelo 1º e 2º graus, tendo sido atingida pela 1ª Instância, que até superou a meta estabelecida, porém, não foi ainda alcançada pelo 2º grau em virtude de tão somente 7 processos estarem ainda pendentes.

Explicou que referidos processos já foram identificados e estão sendo gerenciados junto aos gabinetes, com a coordenação da Gestora de Metas deste Tribunal, Dra. Luciane Storel da Silva, para que seja acelerados os julgamentos a fim de atingir a meta fixada, também no 2º grau.

No que diz respeito à **meta 9**, que trata da conciliação na fase de conhecimento, de igual modo o seu alcance se mostra um desafio não só para o TRT15, mas, para todos os Regionais de forma geral, vez que o índice é alto considerando-se os processos apenas em fase de conhecimento.

Destacou que recentemente foi desenvolvido um trabalho junto ao CNJ e ao CSJT, também capitaneado pela Dra. Luciane Storel, para que também fossem considerados na contagem da meta os processos que já tivessem sentença, mas, que ainda figuram na fase de conhecimento, sem o trânsito em julgado. Ponderou que após ser realizado um estudo pelos órgãos superiores, houve votação a respeito do tema em Brasília em agosto do corrente, na 2ª Reunião Preparatória do XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário - que realizar-se-á nos dias 25 e 26 de novembro em Maceió-AL-, onde se decidiu pela inclusão destes processos no cômputo na meta (item 68 do e-gestão), razão pela qual ela será recalculada com novos valores e índices a partir de então.

Apresentou o resultado da **meta 10**, que foi igualmente superior ao esperado e informou que quanto a **meta 11**, pelo histórico retratado, ela provavelmente será alcançada até o fim do ano.

Ressaltou que é graças ao esforço dos nossos Desembargadores, Juízes e Servidores que este Tribunal registra resultados cada vez melhores.

Agradeceu a presença de todos e encerrou sua parte na reunião.

**Sr.
Herbert**

Agradeceu novamente a presença de todos esclarecendo que os resultados relacionados à área de Tecnologia da Informação e Comunicações abrangem diversas lotações do Tribunal e representam como os assuntos relacionados estão sendo conduzidos e tratados no Tribunal como um todo.

Destacou inicialmente que o indicador referente ao Plano de Capacitações de TIC para o ano de 2019 ainda não foi atingido, em virtude de uma dificuldade encontrada com a renovação da plataforma utilizada e considerando diversos fatores envolvendo a sua efetivação, que se dá em conjunto, inclusive, com a Escola Judicial. Tendo em vista a resolução do problema e o trabalho de organização e execução que vem sendo feito, acredita que o índice será atendido até o final de 2019.

No que pertine ao Plano de Contratações de Soluções de TIC o índice demonstrado representa o alinhamento do plano com o orçamento do TRT15, o qual tem que observar diretrizes do CNJ, e, assim, acaba por ser submetido a um processo burocrático de

andamento e serão provavelmente finalizadas até dezembro para que não comprometa o orçamento do referido plano de contratações.

Relativamente à indisponibilidade não programada do PJE o índice mostra-se negativo em virtude de duas ocorrências ocorridas em dois meses. Primeiro em março/2019, no qual a consulta processual ficava indisponível no período noturno e a equipe técnica só percebia pela manhã do dia seguinte, procedendo imediatamente ao reparo, porém dado o período de indisponibilidade ocorrido, este influencia negativamente no índice. Em segundo lugar no mês de junho/2019, no qual em determinado dia o sistema falhou em uma sexta feira e só foi possível a resolução no sábado, prejudicando igualmente a meta. Repisou que a indisponibilidade normalmente gira em torno de 0,5%, o que está dentro da normalidade, esperando-se pela diluição e melhora do índice negativo até dezembro.

Sobre o Plano de Tratamento de Riscos informou que até agosto, data de corte desta reunião, o índice não havia sido atendido, mas que os trabalhos foram finalizados no último mês de outubro e assim, o pretendido para o ano de 2020 já está atingido e aparecerá desta forma na próxima reunião.

A meta de Atendimento aos Usuários dentro dos prazos definidos foi totalmente atingida, considerando-se o período atual, com um alto índice de 87%. Ressaltou que os procedimentos referentes a essa meta serão aprimorados, com a comunicação entre o usuário e o técnico para o prazo de atendimento do serviço, com a posterior formalização e publicação dos regulamentos.

Os sprints, que indicam as fases dos projetos de desenvolvimento reflete uma meta com índice agressivo, porque estabelece um alcance de 95% de cumprimento do combinado com os usuários. Entretanto, referido percentual está em vias de ser atingido, com um total atual de 89%. Considerando a evolução, considerando os resultados iniciais que foram apurados até o mês de outubro, provavelmente ele será alcançado até dezembro.

Apontou que o índice que mede a Satisfação dos Usuários Internos é superior a meta traçada, representando um total de mais de 90%, o que se mostra muito positivo em virtude do aprimoramento dos serviços prestados.

De igual modo, ressaltou que a meta de Satisfação dos Usuários Externos não havia sido expressiva no primeiro semestre, em virtude de apenas 4 (quatro) pessoas terem respondido a pesquisa, porém que a Assessoria de Gestão Estratégica providenciou novo questionário, o qual teve maior divulgação e abrangeu mais pessoas. Feita avaliação quantitativa e qualitativa, o resultado foi muito positivo, demonstrando que 88% dos participantes encontram-se satisfeitos com os serviços prestados.

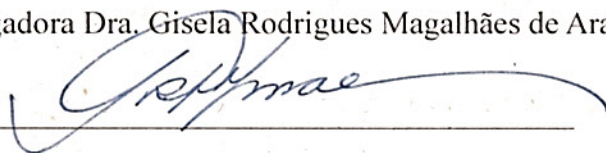
Indicou que no que pertine ao índice de conformidade de estrutura mínima de TIC o projeto piloto está sendo desenvolvido na 7ª vara de Campinas, em conjunto com o MPT, sendo que o indicador se mostra positivo e o atendimento da meta por completo se dará até o ano de 2020. Ressaltou que o índice de 2019 já foi atingido, sendo os trabalhos atuais voltados para o atingimento da meta de 2020.

Informou que o índice que mede a indisponibilidade programada do PJE tem melhorado cada vez mais, considerando-se os empenhos e esforços da área técnica, além das diversas medidas operacionais que foram tomadas a fim de diminuir a indisponibilidade do sistema, o qual, neste momento, demonstra estar baixo e indica um bom desempenho da meta.

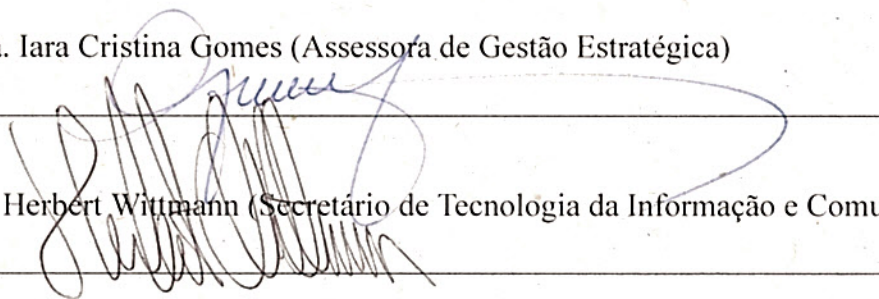
Noticiou que em relação a indisponibilidade de outros sistemas e serviços o índice da mesma forma mostra-se dentro do esperado e demonstra a excelência do serviço

	<p>No que tange ao índice de satisfação em relação ao atendimento do usuário interno, ele tem se mostrado muito positivo, com o aumento da qualidade do serviço prestado e, conseqüentemente, crescimento da satisfação dos usuários.</p> <p>Informou que o índice de governança para 2019 não foi oficialmente disponibilizado pelo CNJ até o mês de agosto, sendo ele aplicado em setembro e pelas respostas fornecidas e pela simulação realizada a partir delas, será atingida a meta de 2019, que é estar no nível "intermediário", ficando a meta de estar em um nível "Aprimorado" para o ano de 2020.</p> <p>Por fim, aduziu que a meta de estar em conformidade com 70% dos requisitos de segurança da informação de TIC do questionário iGovTIC-JUD/CNJ também foi avaliada em setembro pelo referido questionário do CNJ, havendo uma apuração do índice de 55% para o ano de 2019, um pouco abaixo do estimado, que era de 60%. Como é um índice anual, acredita que este índice só será atingido em 2020.</p> <p>Agradeceu a atenção de todos e encerrou sua parte na reunião.</p>
Dra. Gisela R. M. de Araujo e Moraes	<p>Agradeceu as informações prestadas e salientou a importância do engajamento de todos os servidores e magistrados no atingimento das metas discutidas na reunião. Destacou a excelência no trabalho de monitoramento feito pela Assessoria de Gestão Estratégica e pela área de Tecnologia da Informação e Comunicações e a expressiva influência no desempenho das metas atingidas, as quais encontram-se, em sua maioria, positivas.</p>

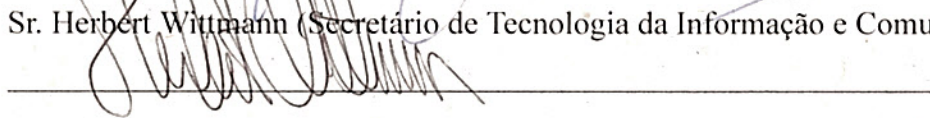
Exma. Desembargadora Dra. Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes (Presidente do Tribunal)



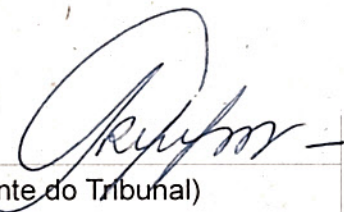
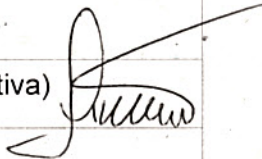
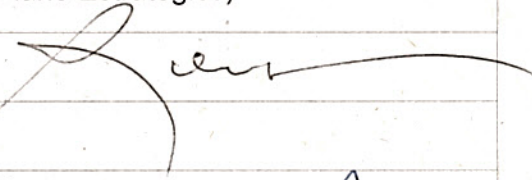


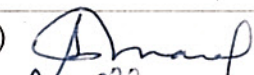
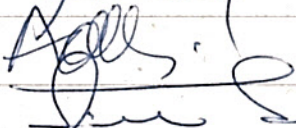

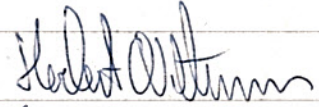
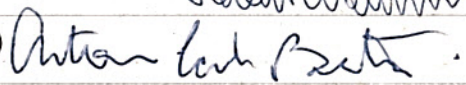
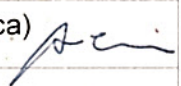
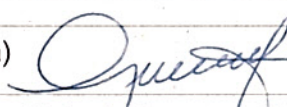
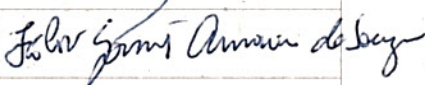
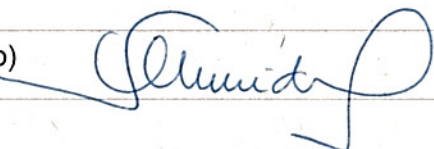
Sra. Iara Cristina Gomes (Assessora de Gestão Estratégica)



Sr. Herbert Wittmann (Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações)



Ata da 2ª Reunião de Análise da Estratégia 2019
LISTA DE PRESENÇA – 7.11.2019

Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes (Desembargadora Presidente do Tribunal)	
Manuel Soares Ferreira Carradita (Desembargador Corregedor Regional)	
Maria Madalena de Oliveira (Desembargadora Vice-Corregedora)	
Tereza Aparecida Asta Gemignani (Desembargadora Vice-Presidente Judicial)	
Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla (Desembargadora Vice-Presidente Administrativa)	
Maria Inês Correa de Cerqueira Cesar Targa (Diretora da Escola Judicial)	
Luciane Storel da Silva (Desembargadora Gestora de Metas do Plano Estratégico)	
Alvaro dos Santos (Juiz Auxiliar da Presidência)	
Cristiane Montenegro Rondelli (Juíza Auxiliar da Presidência)	
Renato Henry Sant'Anna (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa)	
Daniela Macia Ferraz Giannini (Juíza Auxiliar da Vice-Presidência Judicial)	
Lúcia Zimmermann (Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional)	
César Reinaldo Offa Basile (Presidente da Amatra XV)	
Caio Rodrigues Martins Passos (Juiz do Trabalho membro do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica)	
Adriana Martorano Amaral Corchetti (Secretária-Geral da Presidência)	
Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser (Diretor-Geral)	
Simone Möller Arruda (Secretária-Geral da Presidência Substituta)	
Ana Silvia Damasceno Cardoso Buson (Secretária da Administração)	
Herbert Wittmann (Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações)	
Antônio Carlos Betanho (Coordenador de Estatística e Pesquisa)	
Arlene Andrade Rebolla (Assistente de Coordenadoria e profissional da área de Estatística)	
Iara Cristina Gomes (Assessora de Gestão Estratégica)	
Fábio Gomes Amorim de Souza (Responsável pelo Escritório de Processos)	
Lara de Paula Jorge (Assessora da Escola Judicial)	
Paulo Eduardo de Almeida (Secretário-Geral Judiciário)	
Vlademir Nei Suato (Secretário da Corregedoria)	

José Aristéia Pereira (Presidente do Sindiquinze)

Carolina Piton Avelos

FLAVIO LINDO

Tora Juca de O. Ramos

Gustavo Fracini

Mauricio Rodrigues de Moraes

Bruno Tobias Stahl

MARLIO HENRIQUE ZUCINI

Kelen da Silva Pas de Souza

